As Novas Gerações de Jornalistas em Portugal

José Rebelo (org.)

AS NOVAS GERAÇÕES DE JORNALISTAS EM PORTUGAL

Adelino Gomes
Alexandre Manuel
Diana Andringa
Dinis de Abreu
Helena de Sousa Freitas
José Luís Garcia
José Marmeleira
José Nuno Matos
Liliana Pacheco
Marta Neves
Pedro Diniz de Sousa
Rui Brites
Vanda Ferreira

editora MUNDOS SOCIAIS

LISBOA, 2014

© José Rebelo (org.), 2014

José Rebelo (org.)
As Novas Gerações de Jornalistas em Portugal

Primeira edição: dezembro de 2014
Tiragem: 300 exemplares

ISBN: 978-989-8536-40-2
Depósito legal:

Composição em carateres Palatino, corpo 10
Conceção gráfica e composição: Lina Cardoso
Capa: Nuno Fonseca
Revisão de texto: Manuel Coelho
Impressão e acabamentos: Europress, Ld.ª

Este livro foi objeto de avaliação científica

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,
de acordo com a legislação em vigor, por Editora Mundos Sociais

Editora Mundos Sociais, CIES, ISCTE-IUL, Av. das Forças Armadas, 1649-026 Lisboa
Tel.: (+351) 217 903 238
Fax: (+351) 217 940 074
E-mail: editora.cies@iscte.pt
Site: http://mundossociais.com

Índice

Índice de figuras e quadros vii

Apresentação 1
José Rebelo

1 Incertezas, vulnerabilidades e desdobramento de atividades 9
José Luís Garcia , José Marmeleira e José Nuno Matos

2 Poucas expectativas, algumas desistências e muitas incertezas 21
Liliana Pacheco e Helena de Sousa Freitas

3 *Next journalism* 37
Adelino Gomes, Rui Brites e Marta Neves

4 Jornalismo e tecnologia 51
Liliana Pacheco

5 Ser jornalista continua a estar na moda 61
Alexandre Manuel

6 Imaginário e realidade 73
Diana Andringa

7 As pressões extraeditoriais sobre os jovens jornalistas portugueses 83
Pedro Diniz de Sousa e Vanda Ferreira

8 Da ética e da tecnologia, ou a vertigem das mudanças em tempo digital 117
Dinis de Abreu

Anexo
As novas gerações de jornalistas em Portugal 125

Anexo
Perfil dos jovens jornalistas 141

Índice de figuras e quadros

Figuras

2.1 Grau de satisfação com a profissão 27
2.2 Como avalia a probabilidade de ficar desempregado num futuro próximo? 28
2.3 Se estiver desempregado, como avalia a probabilidade de conseguir emprego no jornalismo num futuro próximo? 28
2.4 Já alguma vez interrompeu a profissão? 29
2.5 Já pensou em abandonar a profissão? 30
3.1 Ocupação do pai 39
3.2 Ocupação da mãe 39
3.3 Ocupação do(a) cônjuge/companheiro(a) 40
3.4 Importância dos seguintes valores associados ao jornalismo 40
3.5 Importância que atribui às seguintes frases associadas ao jornalismo . 41
3.6 Ordens e pressões por razões extraeditoriais 43
3.7 Porque escolheu o jornalismo? 48
3.8 Porque pensou abandonar o jornalismo? 48
3.9 Porque escolheu o jornalismo e pensou abandonar a profissão 49
5.1 O que motiva os jovens para a profissão? 66
5.2 Homens vs. mulheres: as razões de uma opção 68
7.1 Nível de pressão, cedência e não cedência (valores absolutos e percentagens) 98
7.2 Percentagem de jovens jornalistas que se declararam pressionados, por origem da pressão 98
7.3 Percentagem dos jornalistas pressionados que declararam ter cedido, por origem da pressão 102
7.4 Nível de cedência à pressão por faixa etária 104
7.5 Nível de pressão e nível de cedência por número e tipo de meios em que já trabalhou 106

Quadros

1.1 Situação profissional 14
1.2 Estágio profissional 14
1.3 Trabalho por conta própria 14
1.4 Tempo de trabalho 16
1.5 Sindicalização 16
2.1 Quais as suas expectativas de progressão na carreira? 27
2.2 Tendo em conta a sua situação profissional, como se sente em termos de estabilidade? 27
4.1 Secções onde trabalha atualmente 52
4.2 Usos que faz da Internet 52
4.3 Credibilidade das seguintes fontes de informação 53
4.4 Grau de importância que atribui aos seguintes itens 55
4.5 Horas que dedica à atividade como jornalista, num dia normal de trabalho 55
4.6 Principal local de trabalho 55
7.1 Processos de 2007 a 2011 por tipo de subsídio 86
7.2 Nível de pressões extraeditoriais, nível de cedência e percentagem dos jornalistas jovens que cederam mas argumentaram, por grau académico 100
7.3 Cruzamento do nível de pressão com o ser ou não sindicalizado 101
7.4 Causas da cedência às pressões (a negrito, as causas coercivas; as restantes são causas de compromisso) 109
7.5 Consequências de caráter punitivo para jovens jornalistas que declararam não ter cedido às pressões extraeditoriais 110
7.6 Cruzamento entre nível de pressão e o já ter pensado abandonar a profissão 111

Apresentação

José Rebelo
Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)

Da investigação sobre o "Perfil Sociológico dos Jornalistas Portugueses", levada a efeito com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT), de 2005 a 2010, e publicada em livro com o título *Ser Jornalista em Portugal* (Gradiva, 2011), ressaltou uma primeira perceção de diferenças entre três gerações de jornalistas, nomeadamente no que respeita à representação da respetiva profissão.

— Uma geração de jornalistas que acederam à profissão durante a ditadura e nos anos marcados pela mudança de regime político. Motivados pelo ambiente de repressão das liberdades, primeiro, e pela confrontação política, em democracia, depois, revelam forte pendor para a intervenção política e social. Compensam a ausência de formação académica (não havia, à época, quaisquer cursos superiores na área e o acesso às universidades estava limitado a uma elite sociologicamente bem determinada) com uma cultura baseada na experiência vivida e em leituras de grandes clássicos.
— Uma geração de jornalistas que entraram na profissão entre 1986 e os finais do século (estabilização do regime democrático, adesão ao Mercado Comum, desenvolvimento económico e financeiro, dinamização e diversificação dos consumos, emergência de novas tecnologias de comunicação e de informação, privatização e criação de jornais diários de informação geral, multiplicação de publicações especializadas, abertura da rádio e da televisão a operadores privados). Beneficiando de um clima de expansão, muitos destes novos jornalistas, já com formação universitária, atingiram, rapidamente, lugares de direção nas respetivas empresas de comunicação social. Consequentemente, produzem discursos extremamente favoráveis à profissão, manifestando, no entanto, algumas reservas no que respeita ao "espírito de missão" que animava muitos dos seus predecessores. Opõem uma conceção de jornalismo que afirmam como "pragmática" à conceção precedente julgada "romântica".
— Uma geração de jornalistas que entraram na profissão depois do ano 2000, isto é, em plena crise económica e financeira. Trata-se de uma geração que se confronta com um mercado de trabalho em recessão permanente:

empresas que encerram, que se associam em grupos multimédia com a concomitante redução de efetivos. Neste conjunto de jornalistas, onde avultam os eternos estagiários, ou seja, aqueles que acumulam estágios e mais estágios sem jamais conseguirem regularizar a sua situação profissional, grassam o pessimismo, a amargura, o desencanto face a uma profissão que, no espaço público, sempre se caracterizara por um estatuto de privilégio.

O pequeno número de jovens jornalistas entrevistados no projeto evocado (2005/2010) não permitiu, contudo, tirar conclusões definitivas sobre esta matéria. Mas forneceu algumas indicações, segundo as quais, se assistiria:

— a uma descrença quanto ao papel de jornalista-ator em processos de mudança social;
— a uma recusa de relações de informalidade no interior das redações, de partilha de solidariedades, de gostos e de hábitos que, antes, configuravam a chamada "tribo jornalística";
— a um exacerbar de pulsões individualistas acompanhadas de alguma displicência no que respeita ao respeito de códigos éticos ou deontológicos;
— à aceitação, frequentemente incondicional, de imposições hierárquicas;
— ao primado de uma formação técnica, em detrimento de saberes e expressões culturais diversificados.

Partiu-se, por isso, para nova investigação, agora focalizada nos jornalistas que nasceram depois de 1975, o que corresponde, grosso modo, àqueles que ingressaram na profissão com a mudança de século. Intitulada "As Novas Gerações de Jornalistas Portugueses", igualmente financiada pela FCT (PTDC/CCI-JOR/100443/2008), decorreu de 2010 a 2013 e revestiu-se de importância fundamental:

— pela visibilidade social da profissão em causa;
— pelas características sociológicas dos envolvidos, jovens de qualificação superior;
— pelo seu impacto na formação da opinião pública.

Procurou, por outro lado, contextualizar a problemática escolhida, de um ponto de vista económico, jurídico, social e cívico, e político.

De um ponto de vista económico, analisando as estratégias das empresas de comunicação social e a relação distorcida que estas estabelecem com o mercado de oferta e de procura de trabalho. De um ponto de vista jurídico, inventariando os desvios aos princípios legais que regulam a profissão, em particular os que se referem ao funcionamento dos estágios profissionais. De um ponto de vista social e cívico, explicitando as limitações à capacidade crítica dos jornalistas mais jovens, no que respeita ao exercício da sua profissão; o desencadear de situações de confronto geracional no interior das redações; a prática do sensacionalismo e a busca do *scoup*, numa tentativa desesperada de se conseguir, ou

consolidar, um emprego.[1] Enfim, de um ponto de vista político, avaliando a capacidade reguladora das entidades públicas criadas para tal fim, assim como o modelo educativo legitimado por sucessivos governos (cerca de duas dúzias de estabelecimentos de ensino superior conferem títulos de licenciatura em Jornalismo, Comunicação Social, Ciências da Comunicação, etc., lançando anualmente, num mercado já de si saturado, um milhar e meio de jovens candidatos a um primeiro emprego em jornais, na rádio ou na televisão).

À semelhança da investigação anterior, também esta se realizou no âmbito do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES/ISCTE-IUL), ao qual se associou o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Tornou a firmar-se um Protocolo com a Comissão da Carteira Profissional de Jornalista, indispensável, aliás, para que o projeto fosse cumprido.

A equipa — de novo coordenada por José Rebelo, coadjuvado por José Luís Garcia e Rui Brites — integrou quase todos os elementos da investigação precedente — Adelino Gomes, Alexandre Manuel, Avelino Rodrigues, Cesário Borga, Diana Andringa, Dinis de Abreu, José Luiz Fernandes, Liliana Pacheco, Pedro Diniz de Sousa, Sara Meireles Graça e Vanda Ferreira — e alargou-se a outros jovens investigadores: Helena de Sousa Freitas, José Marmeleira, José Nuno Matos e Marta Neves.

Aceitaram permanecer como consultores, os professores Rémy Rieffel, da Universidade de Paris II — Panthéon/Assas, Muniz Sodré e Raquel Paiva, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Metodologicamente, o trabalho baseou-se num inquérito por *e-mail* aos 1965 jornalistas nascidos depois de 1975 (cf. anexos I e II), recorrendo-se, para salvaguardar a identidade dos respondentes, à mediação da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista, que se encarregou do envio e receção dos questionários. O inquérito desenrolou-se em duas vagas, tendo sido validadas 515 respostas (26,2% do universo).

No que concerne à situação profissional, as questões foram pensadas de forma a fazer ressaltar pontos particularmente sensíveis do jornalismo contemporâneo: precariedade laboral, pressões exercidas do exterior e do interior das redações. No que toca às condições de exercício da profissão, as perguntas concentraram-se no papel das novas tecnologias, na adaptação de conteúdos jornalísticos a suportes multimédia, na regulação/autorregulação da atividade profissional e nos mecanismos de seleção e aproveitamento das fontes. Quanto às representações e valores, tentou-se identificar o modo pelo qual os jovens jornalistas entendem e julgam ser entendida a sua profissão, em termos sociais, económicos e culturais, dando especial ênfase aos princípios que, teoricamente, a norteiam: objetividade, independência, credibilidade, integridade e imparcialidade. A parte final do inquérito incidiu sobre crenças religiosas e posicionamentos político-ideológicos.

---

1 Cf. comunicação apresentada por José Rebelo ao VII Congresso do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, sobre as relações de cumplicidade que se tecem entre jovens jornalistas e jovens magistrados. "O que a Sociedade Civil pensa e quer do Ministério Público", em *A Responsabilidade Comunitária da Justiça — O papel do Ministério Público*, Atas do VII Congresso do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, Lisboa, 2008, pp. 85-90.

O momento culminante da investigação — ao longo da qual foram produzidas *newsletters* destinadas a informar, regularmente, segmentos de públicos nela implicados (jornalistas, universitários, etc.) — consistiu na organização de um colóquio internacional em que se apresentaram as conclusões.

Os textos que se seguem resultam das principais intervenções produzidas no referido colóquio.[2]

Dados sociográficos

Como anota Diana Andringa, o retrato sociográfico dos jovens jornalistas pode ser assim traçado: maioritariamente do género feminino (63,5%), com idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos (69,3%), licenciados (71,3%). A maioria obteve a carteira profissional antes dos 25 anos e a quase totalidade (97,9%) fez estágio. Uma percentagem considerável iniciou a carreira em órgãos de informação locais, e poucos são os que conseguiram dar o salto para órgãos de difusão nacional. Cerca de metade dispunha de um contrato de trabalho sem termo (o que equivale a dizer que a outra metade estava, profissionalmente, em situação de precariedade) e apenas 7,6% se declararam no desemprego.[3]

Acrescente-se que, tecnicamente, são polivalentes (80% trabalham para mais do que uma plataforma). O índice de sindicalização gira em torno dos 17,5%.[4] Avaliam positivamente os Conselhos de Redação (89%). Estimam que a profissão deve ser regulada segundo um regime misto que respeite, efetivamente, os mecanismos de autorregulação. Não se descortina, contudo, quais os dispositivos externos mais aptos a participar nesse processo de regulação. De facto, pouco mais de um quarto dos inquiridos atribui alguma importância ao Sindicato e à Comissão da Carteira Profissional e menos de um quinto à Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC). Das atividades remuneradas, julgadas "totalmente incompatíveis" com o exercício do jornalismo, destacam-se, por ordem: autarca / deputado / governante; relações públicas / agências de comunicação / assessorias / organização de eventos; publicitário; juiz / magistrado.

Em termos político-religiosos, dos 54% que se identificam com uma religião (quase 22% dizem-se agnósticos e 17% ateus), 44% confessam-se não praticantes. Mais de 70% recusam qualquer filiação partidária, embora, ideologicamente, a maior parte se localize ao centro.

Só 20 dos jornalistas inquiridos escolheram o jornalismo "para mudar o mundo". E mesmo essa ilusão foi-se, na maior parte dos casos, esbatendo, como se conclui de diversos testemunhos reunidos por Diana Andringa, dos quais

---

2 De texto para texto existem, por vezes, repetições. Preferimos não as eliminar, sob pena de afetar a coerência de cada um deles.

3 Esta taxa, nitidamente inferior à taxa nacional para o conjunto das profissões, faz supor que uma parte dos desempregados se declara, por razões táticas, em regime de *freelance*.

4 Sensivelmente igual à média nacional (Cf. de José Rebelo e Rui Brites, *A Comunicação Sindical da CGTP-IN*, Lisboa, Edições da CGTP, 2012).

damos aqui um exemplo: "Penso em democracia, em novas visões sobre o mundo. Mas também penso em horas intermináveis de trabalho, em condições de emprego cada vez mais precárias e um certo desvirtuamento da utopia jornalística."

O que motiva, então, os jovens que enveredaram pelo jornalismo? A resposta ressalta de imediato, ao perguntar-se, na investigação empreendida, "Quando pensa em jornalismo o que lhe vem à cabeça?", e é corroborada por Alexandre Manuel, através das opiniões que recolheu junto de 175 alunos do curso de Ciências da Comunicação da Universidade Autónoma de Lisboa: "Desejo de informar/comunicar" e "Gosto por escrever".[5] Acontece, no entanto, que essa motivação, uma vez sujeita ao contacto com a realidade do jornalismo em Portugal, sofre, também ela, um desgaste arrasador. A figura 9, inserida no capítulo de Adelino Gomes, Rui Brites e Marta Neves, é esclarecedora: dos que entraram na profissão pelo gosto de escrever, 65,1% já pensaram em abandoná-la, e entre os que entraram pelo desejo de informar/comunicar, essa percentagem sobe para os 67,3%.

Precariedade

O tema da precariedade é analisado, mais em pormenor, no capítulo assinado por Liliana Pacheco e Helena de Sousa Freitas, que a explicam por três fatores: crise dos média, extremamente visível no declínio de tiragens e audiências; desenvolvimento de estratégias de concentração; queda das receitas de publicidade.[6]

Precariedade que alimenta a descrença quanto à evolução na carreira. Com efeito, numa escala de 0 a 10, em que 0 significa expectativa extremamente má e 10 extremamente boa, a expectativa média de progressão na carreira situa-se em 3,8. Usando a mesma escala (0 = extremamente inseguro e 10 = extremamente seguro), e em resposta à pergunta "Tendo em conta a sua situação profissional, como se sente em termos de estabilidade?", o valor médio é de 4,6.

A insegurança prevalece, portanto: 42% admitem a hipótese de vir a ficar no desemprego e 20% acham-na "muito provável".

E se a hipótese se concretizar? Nesse caso, 47% consideram a probabilidade de encontrar nova colocação como "pouco provável", e mais de 18% como "nada provável".

Daí, sem dúvida, a razão para que 63% dos jornalistas abrangidos pelo inquérito já tenham pensado em abandonar a profissão: "Infelizmente, a primeira coisa

---

5 Pareceu-nos pertinente, tratando-se de "motivações", apurar, não só a opinião de jovens jornalistas, mas também a de estudantes que aspiram a sê-lo. Socorremo-nos, para isso, de outro estudo que adquire, assim, contornos de complementaridade.

6 Como assinala Alexandre Manuel, de acordo com a Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação (APCT), a imprensa diária generalista de âmbito nacional perdeu, em 2013, cerca de 23.000 leitores (suportes impresso e digital), confirmando, aliás, a tendência observada nos anos anteriores. Por outro lado, o investimento publicitário em comunicação social, entre 2001 e 2012, baixou de quase 755 milhões de euros para pouco mais de 525 milhões, o que significou, na prática, uma quebra da ordem dos 30%.

que me vem à cabeça é que, se tiver a oportunidade, deixo a profissão" — lê-se, num dos testemunhos relevados por Diana Andringa.

Espantoso, se se tiver em conta que, à data da investigação, a esmagadora maioria dos inquiridos tinha menos de dez anos de atividade…

Esta aparente passividade, face a um eventual despedimento, é suscetível de favorecer aquele discurso patronal que, proclamando a "flexibilidade" e a "mobilidade" do mercado de trabalho como valores inerentes ao "empreendedorismo" a incrementar, visa outros intentos. Provavelmente bem mais prosaicos. Contratar um jovem jornalista "a prazo ou a recibo verde que, por se encontrar nessa situação, se sujeita mais facilmente a salários reduzidos e a horas extraordinárias" — sublinham José Luís Garcia, José Marmeleira e José Nuno Matos — é mais lucrativo do que "manter um jornalista com muitos anos de casa, com um estatuto derivado dessa experiência e muito provavelmente sindicalizado".

Em causa a capacidade reivindicativa. "Não é fácil para um jornalista opor argumentos deontológicos perante um patrão ou os seus representantes na sala de redação", precisam Liliana Pacheco e Helena de Freitas, que prosseguem: "o grau de dificuldade é proporcional à precariedade do vínculo laboral".

Pressões

Vanda Ferreira e Pedro Diniz de Sousa ocupam-se, justamente, desta questão. Mais de um terço dos inquiridos admitem já ter sofrido pressões.[7] Destes, 24% declaram não ter cedido. Dos restantes, isto é, dos que cederam às pressões, um quarto só o fizeram depois de terem argumentado. O que, ao fim e ao cabo, de nada lhes valeu.

Analisando as causas invocadas pelos que cederam, os autores do capítulo dividem-nas em dois tipos:

— causas coercivas, ligadas a uma qualquer ameaça ("Ameaça de retaliações", "Ameaça de despedimento");
— causas de compromisso, reveladoras da aceitação de regras ("A decisão é da chefia", "Prejudicaria a empresa", "Lógica de compromisso/aceitação").

Se estas últimas representam o reconhecimento daquilo que o jornalista pressionado julga ser a necessidade de garantir a sustentabilidade da empresa, já as primeiras afiguram-se como uma inevitabilidade: "Fiz o que me mandaram, estava em situação de precariedade"; "Em causa estava o meu posto de trabalho… acatei as ordens"; "Quando as ordens são internas, as escolhas são apenas duas: ou acatar ou ir embora".

Seja como for, sacrificam-se ou podem sacrificar-se os princípios de "independência editorial" e de "credibilidade do jornalista", classificados como de "altíssima valorização" por Adelino Gomes, Rui Brites e Marta Neves. Em contrapartida,

7 A delicadeza do assunto abordado sugere que os valores encontrados pecam por defeito.

aceitam-se ou podem aceitar-se géneros jornalísticos como o *infotainment*, duramente criticado, insistem os mesmos investigadores, em mais de 60% das respostas, e valorizam-se ou podem valorizar-se fatores como tiragens e audiências que, no inquérito, surgem claramente desvalorizados.

Assiste-se, então, citando de novo o capítulo de Vanda Ferreira e Pedro Diniz de Sousa, a uma progressiva proletarização e desprofissionalização do jornalismo.

Proletarização, já que, integrados numa cadeia de produção, os jornalistas, muito especialmente os mais jovens, tendem a desempenhar, de forma intensiva, tarefas de execução despidas de criatividade e sem perspetiva de conjunto, segundo rotinas fixadas por entidades externas.

Desprofissionalização, na medida em que, investimentos em novas tecnologias de informação e comunicação podem induzir responsáveis de empresas de comunicação social a converter os jornalistas em meros "produtores de conteúdos" e, a prazo, a substituí-los nessa função por não jornalistas.

A questão não é, seguramente, tecnológica. "É uma falsa questão pretender que a tecnologia disponível, associada à pressão da notícia, dificulta a verificação das fontes e o exercício de um jornalismo responsável", afirma Dinis de Abreu que, para retomar as suas próprias palavras, "vem do tempo do chumbo" e, em jeito de depoimento, compara o fazer jornalístico de ontem com o de hoje. Em sentido próximo se tinha já manifestado o filósofo francês Félix Guattari quando, num livro publicado em 1992, *Chaosmose*, se recusou a formular um juízo definitivo sobre a evolução maquínica. "Tudo depende", assegura, "da utilização que lhe for dada".

A questão é política.

Terminemos, retomando o texto de José Luís Garcia, José Marmeleira e José Nuno Matos: "Submetido às ondas de choque da economia do saber ou do conhecimento e do capitalismo digital, o jornalismo é impelido a desligar-se do interesse público em ordem à sua transformação sucessiva em produção de conteúdos de tipo informativo com valor de mercado, num contexto em que comercialização e tecnologização se entrecruzam. As próprias redações não ficam incólumes às alterações impostas, tomando cada vez mais a forma de tecnoambientes, nos quais os jornalistas se desmultiplicam em tarefas, muitas delas técnicas, perdendo capacidade de decisão e de resistência face à impetuosidade das formas de gestão empresariais e à mudança tecnológica".